



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23070.037480/2022-50

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 045/2022

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de Preços para aquisição com fornecimento parcelado de água mineral sem gás acondicionada em garrações de 20 litros (garrações em regime de comodato)**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e respectivo edital.

1.2. Na tabela abaixo seguem a descrição, a quantidade, a unidade de medida, o valor unitário para os itens desta licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	<p>ÁGUA, MINERAL, SEM GÁS, GARRAÇÃO 20L EM POLICARBONATO, LISO, TRANSPARENTE, LACRADO, CEDIDO EM REGIME DE COMODATO - GARRAÇÃO 20L</p> <p>OBSERVAÇÃO DO ITEM:</p> <p>É Obrigação da contratante conforme item 8.1.7 deste Termo de Referência disponibilizar em cada garração de 20 litros sachê de aproximadamente 7 gramas que contenha álcool isopropílico 70% para que seja feita a assepsia externa dos garrações de água, bem como ceder os garrações em comodato à UFG, bem como entregar garrações que possuam obrigatoriamente dispositivo de lacre e selo de antifalsificação na tampa, com rótulo indicando a procedência e validade mínima de 03 meses a contar da data de entrega do material.</p>	445484	GARRAFA	36.432

1.2.1. Não há órgãos participantes desta Licitação.

1.2.2. As solicitações de Adesão (caronas) às Atas de Registro de Preço gerenciadas pela Universidade Federal de Goiás (UASG 153052) são feitas somente via **SIASNET por intermédio da funcionalidade "GESTÃO DE ATA SRP", devendo o órgão interessado solicitar o acesso ao sistema seguindo a orientação disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://dcom.ufg.br/p/38525-outros-orgaos-como-solicitar-adesao-as-atas-da-ufg>.**

1.2.3. Dúvidas relacionadas a adesão a ata de registro de preços que não forem esclarecidas por intermédio da leitura das orientações constantes na página citada no subitem anterior podem ser dirimidas pelo e-mail: cpd.dcom@ufg.br.

1.2.4. A lista dos Pregões Registro de Preços, com atas registro de preços válidas, realizados pela Diretoria de Compras da Universidade Federal de Goiás encontra-se divulgada no site da Diretoria de Compras no seguinte endereço eletrônico: <https://dcom.ufg.br>, no menu Registro de Preços.

1.2.5. **Caso ocorra alguma divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.**

1.2.6. *Conforme fixado no item 4 do Estudo Técnico Preliminar desta licitação, não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 03 (seis) meses contados a partir da data de entrega do material.*

1.3. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze), conforme constar da Ata de Registro de Preços.**

1.4. **Se houver divergência entre os Requisitos da Contratação fixados neste Termo de Referência e os Requisitos constantes no (s) Estudo Técnico (s) Preliminar (res), prevalecem os constantes deste expediente.**

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar (Documento Sei nº 3044397)**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Esta licitação, na modalidade pregão em sua forma eletrônica, será processada pelo sistema de registro de preços. O registro de preços visa atender à dificuldade de prever, com exatidão, as quantidades que serão consumidas ao longo de 12 (doze) meses. Ainda corrobora para a realização das aquisições através dos preços registrados a permissão legal constante dos incisos I e IV, do art. 3º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, quais sejam:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços – SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou Material, houver necessidade de contratações frequentes;

(...)

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. grifos nossos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, e encontra-se materializada no **Documento SEI nº 3044397**.

3.2. Em atualização ao que consta no Estudo Técnico Preliminar não será exigido registro na ANVISA do produto, tendo em vista que conforme informações da ANVISA este produto é isento de registro devendo apenas os fabricantes seguir as regras de rotulagem e informar o órgão local de vigilância sanitária do município ou estado quando a fabricação tem início e possuir autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (fonte: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2018/agua-mineral-adicionada-de-sais-ou-com-sabor-entenda>).

3.3. Além dos requisitos previstos no subitem anterior, de forma a garantir a aquisição de produto de qualidade e que venha a atender efetivamente a necessidade da Universidade e ainda considerando as disposições dos itens 12 e 14 do Estudo Técnico Preliminar desta licitação (documento SEI nº 1949609) e ainda em simetria com as disposições do item 10.6 alínea a) do Anexo VII-A da Instrução Normativa nº 05/2017 acrescentam-se os seguintes:

3.3.1. Apresentação de **Declaração de que possui ou instalará escritório na cidade de Goiânia**, situação que deverá ser comprovada em até 60 (sessenta dias), contados do início da vigência da ata de preços decorrente desta licitação, mediante apresentação da documentação que comprove o endereço do estabelecimento da contratada, podendo a Contratante se entender necessário realizar vistoria no local, por meio de servidores especialmente designados para este fim.

3.3.2. Apresentação de **Declaração Formal de Disponibilidade** (emitida pela própria licitante, datada e assinada) **juntamente com a Relação Explícita das instalações**, como o endereço, aparelhamento (veículos próprios, quantidade de garrações, carrinhos para carga e descarga etc.) e pessoal técnico (secretária, motoristas, ajudantes etc.), conforme modelo constante em anexo específico do Edital desta licitação.

3.3.3. Apresentação de **Laudo de análise microbiológica** completa demonstrando conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 331, de 23 de dezembro de 2019 e com a Instrução Normativa nº 60, de 23 de dezembro de 2019 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Padrões microbiológicos para Águas envasadas: Água Mineral Natural e Água Natural, água adicionada de sais e água do mar dessalinizada potável). Fonte: Legislação disponível no site da Anvisa na aba legislação.

3.3.4. Apresentação de **Laudo de análise completa** demonstrando que o produto ofertado apresenta concentrações dentro dos limites máximos permitidos de substâncias químicas que representam risco à saúde, descritas na Tabela 1 da Resolução-RDC nº 274 de 22/09/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Limites para substâncias químicas que representam risco à saúde. Fonte: Legislação disponível no site da Anvisa na aba legislação).

3.3.4.1. Os laudos descritos nos subitens 4.3.3. e 4.3.4. deverão ser emitidos por laboratórios habilitados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e deverão ter data de emissão inferior a 90 (noventa) dias.

3.4. Todos os laudos e declarações dos subitens anteriores deverão ser encaminhados juntamente com a proposta de preços pelos fornecedores, quando do seu cadastramento no sistema de compras do governo federal.

3.5. A documentação que comprova os requisitos da contratação deverá ser encaminhada juntamente com a proposta de preços, quando do seu cadastramento no site de compras do governo federal.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail.

6.2. O prazo de entrega a critério da área competente da UFG e mediante solicitação com justificativa escrita do fornecedor poderá ser dilatado.

6.2.1. A solicitação de prorrogação e indicação do novo prazo de entrega do objeto deverá ser requerida e enviada para a Contratante em até 02 (dois) dias úteis antes do vencimento do prazo de entrega inicialmente estabelecido, ficando a critério da UFG a sua aceitação.

6.3. **As entregas deverão ocorrer obrigatoriamente de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas com frequência semanal conforme consta do Estudo Técnico Preliminar.**

6.4. Os locais de entrega com as quantidades estimadas são os que seguem na Tabela abaixo:

CAMPUS I – COLEMAR NATAL E SILVA			
UNIDADES ACADÊMICAS/ÓRGÃOS	QUANTIDADE SEMANAL (Garrações)	QUANTIDADE MENSAL (Garrações)	QUANTIDADE ANUAL (Garrações)
Biblioteca Setorial	10	40	480
Praça Universitária, S/Nº, Setor Leste Universitário - Prédio da Faculdade de Direito			
Instituto Verbena (Centro de Seleção – UFG)	12	48	576
Rua 226, S/Nº, Qd. 71, Setor Universitário			
Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD	3	12	144
1ª Av., S/Nº, Setor Leste Universitário – Prédio antigo Restaurante da UFG			
Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA	20	80	960
Av. Universitária, Nº 1.593 esquina com a Rua 226, Setor Leste Universitário			
Centro de Recursos Computacionais - CERCAMP	4	16	192
Próximo à entrada da Escola de Engenharia Civil e Ambiental - EECA.			
CEPSIA	3	12	144
Av. Universitária Nº 1.593 esquina com Rua 226, Setor Leste Universitário – No Prédio do SEINFRA			
Centro de Aula D	12	48	576
Praça Universitária, S/Nº, Setor Leste Universitário			
Diretoria de Desenvolvimento e Acompanhamento de Pessoas - DAD	8	32	384
Praça Universitária, Nº 1.166, Setor Leste Universitário – No Prédio do Museu Antropológico			

Escola de Eng. Civil e Ambiental – EECA	15	60	720
Praça Universitária, S/Nº, Setor Leste Universitário			
Escola de Engenharia Elétrica Mecânica e de Computação – EMC	7	28	336
Praça Universitária, S/Nº, Setor Leste Universitário			
Espaço Cultural	5	20	240
Av. Universitária, S/Nº, esquina com a Praça Universitária			
Faculdade de Artes Visuais – FAV	5	20	240
Av. Universitária, Nº 1.166, Setor Leste Universitário – No Prédio do Museu Antropológico			
Faculdade de Direito – FD	8	32	384
Praça Universitária, S/Nº, Setor Leste Universitário			
Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas - FD	2	8	96
Praça Universitária, S/Nº, Setor Leste Universitário			
Faculdade de Educação – FE	10	40	480
Rua 235, S/Nº, Setor Leste Universitário			
Faculdade de Enfermagem – FEN	10	40	480
Rua 227, Qd. 68, S/Nº, Setor Leste Universitário			
Faculdade de Farmácia - FF	2	8	96
Rua 240, esquina com 5ª Avenida, s/n, Setor Leste Universitário			
Lab. Rômulo Rocha (Fac de Farmácia)	8	32	384
Praça Universitária, S/Nº esquina com a 1ª Av, Setor Leste Universitário			
Farmácia Universitária (Fac de Farmácia)	7	28	336
Praça Universitária, S/Nº esquina com a 1ª Av, Setor Leste Universitário			
Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos - LCQM (Fac. Farmácia)	2	8	96
Praça Universitária, S/Nº esquina com a 1ª Av, Setor Leste Universitário			
Laboratório de Controle de Qualidade de Alimentos - LCQA (Fac. Farmácia)	2	8	96
Praça Universitária, S/Nº esquina com a 1ª Av, Setor Leste Universitário			
Faculdade de Medicina – FM	8	32	384
1ª Av. S/Nº, Setor Leste Universitário			
Faculdade de Nutrição – FANUT	10	40	480
Rua 227, Qd. 68, S/Nº, Setor Leste Universitário			
Faculdade de Odontologia – FO	12	48	576
Praça Universitária, S/Nº esquina com a 1ª Av., Setor Leste Universitário – Almoarifado – 3º Andar			
Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública – IPTSP	10	40	480
Rua Delenda Rezende de Carvalho, S/Nº esquina com a 1ª Av., Setor Leste Universitário			
Centro de Ensino Pesquisa e Extensão do Adolescente - CEPEA	3	12	144
1ª Av., S/Nº, Setor Leste Universitário – No Prédio da Faculdade de Medicina – FM			
Museu Antropológico – MA	10	40	480
Praça Universitária, Nº 1.166, Setor Leste Universitário			
Planetário UFG	5	20	240
Av. Contorno, S/Nº esquina com Av. Independência, Setor Central – Dentro do Parque Mutirama			
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE	15	60	720
5ª Av. S/Nº esquina com a Praça Universitária, Setor Leste Universitário			
Rádio Universitária – RU	9	36	432
Alameda das Rosas, Nº 2.200, Setor Oeste- Área do Zoológico;			
UFGNet	3	12	144
Praça Universitária, S/Nº, Setor Leste Universitário – Na área da Escola de Engenharia Civil - EEC			
Subsistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor – SIASS	5	20	240
Rua 235, Nº 561, Qd. 70 Lt. 30 - Setor Universitário			
NEPEV - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Envelhecimento	3	12	144
Rua 235, Nº 561, Qd. 70 Lt. 30 - Setor Universitário			
Posto da Central de Vigilância - ao lado da UFGNet	3	12	144
PREVISÃO TOTAL CAMPUS I COLEMAR NATAL E SILVA	251	1.004	12.048

CAMPUS II – SAMAMBAIA			
UNIDADES ACADÊMICAS/ÓRGÃOS	QUANTIDADE SEMANAL (Garrações)	QUANTIDADE MENSAL (Garrações)	QUANTIDADE ANUAL (Garrações)
Biblioteca Central – BC	8	32	384
Rua Aroeira - Próximo a Reitoria			
Centro Editorial e Gráfico	15	60	720
Av. Esperança (Alameda Flamboyant), Abaixo da Casa do Estudante Universitário			
Centro de Manutenção de Equipamentos - CEMEQ	12	48	576
Av. Esperança (Alameda Flamboyant), Ao lado do DMP/UFG.			
Centro de Estudo e Pesquisa Aplicada à Educação - CEPAE	10	40	480
Alameda Flamboyant esquina com Av. Pau Brasil			
Centro de Eventos	3	12	144
Alameda Flamboyant com Rua Quaresmeira			
Centro de Aulas A	8	32	384
Centro de Aulas B	8	32	384
Centro de Aulas C	5	20	240
Marcenaria e Serralheria - SEINFRA	4	16	192
Av. Esperança (Alameda Flamboyant), Entrada pela Guarita DLOG/UFG			
Centro de Informações de Teleprocessamento – CIT, Prédio do IME	3	12	144
Rua Jacarandá com Av. Pau-Brasil			
Centro de Documentação e Informação e Memória - CDIM	2	8	96
Rua Aroeira (entre o Prédio da Faculdade de Artes Visuais - FAV e Biblioteca Central), quase em frente ao CIAR			
Centro Integrado de Aprendizagem em Rede - CIAR	7	28	336
Centro de Recursos Computacionais - CERCOMP	4	16	192
Coodenação de Ações Afirmativas - CAAF	4	16	192
Departamento de Educação Infantil - DEI (CRECHE)	8	32	384

Diretoria Logística - DLOG	25	100	1.200
Centro de Informação, Documentação e Arquivo - CIDARQ	7	28	336
Divisão de Telecomunicações	5	20	240
Prédio da Coordenação de Transportes – DLOG	10	40	480
Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação - EMC	8	32	384
Escola de Agronomia – EA	23	92	1.104
Escola de Veterinária e Zootecnia – EVZ / CPA	15	60	720
Escola de Música e Artes Cênicas - EMAC	8	32	384
Faculdade de Informação e Comunicação - FIC	8	32	384
Laboratório Integrado de Comunicação -LABICOM	5	20	240
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia - FACE	10	40	480
Faculdade de Artes Visuais – FAV	8	32	384
Faculdade de História	4	16	192
Faculdade de Ciências Sociais	4	16	192
Faculdade de Filosofia	2	8	96
Faculdade de Educação Física - FEF	15	60	720
Núcleo Takinahakÿ de Formação Superior Indígena (OCA)	8	32	384
Faculdade de Letras - FL	8	32	384
Central de Monitoramento da Secretaria de Promoção da Segurança e Direitos Humanos SDH	8	32	384
Instituto de Ciências Biológicas I - ICB- I	10	40	480
Instituto de Ciências Biológicas II - ICB - II	10	40	480
Instituto de Ciências Biológicas III - ICB - III	10	40	480
Instituto de Ciências Biológicas IV - ICB - IV	10	40	480
Instituto de Ciências Biológicas V - ICB - V	4	16	192
Laboratório de Análises Clínicas e Ensino de Saúde - LACES	2	8	96
LABTIME	6	24	288
Laboratório de Análises e Gerenciamento Ambiental de Recursos Hídricos - LAMARH	4	16	192
Instituto de Estudo Sócio-Ambiental - IESA	10	40	480
Instituto de Física - IF	9	36	432
Instituto de Informática - INF	15	60	720
Instituto de Matemática e Estatística - IME	2	8	96
Instituto de Química - IQ	10	40	480
Unidade de Conservação - Herbário	4	16	192
MEDIA-LAB	5	20	240
Complexo do Parque Tecnológico do Campus Samambaia	15	60	720
Centro de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Fármacos, Medicamentos e Cosméticos - FARMATEC	15	60	720
PRÉDIO DA REITORIA			
Gabinete do Reitor	6	24	288
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE	7	28	336
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD	6	24	288
Pró-Reitoria de Gestõ de Pessoas - PROPESSOAS	4	16	192
Pró-Reitoria de Admnsitração e Finanças - PROAD	6	24	288
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC	4	16	192
Secretaria de Planejamento - SECPLAN	3	12	144
Secretaria de Promoção da Segurança e Direitos Humanos - SDH	3	12	144
Pró-Reiotira de Pós-Graduação - PRPG	6	24	288
Procuradoria Federal	2	8	96
Diretoria de Administração de Pessoas - DAP	3	12	144
Diretoria Financeira de Pessoas - DFP	3	12	144
Diretoria de contabilidade e Finanças - DCF	5	20	240
Secretaria de Relações Internacionais - SRI	2	8	96
Centro de Gestão Acadêmica - CGA	6	24	288
SECOM - Secretaria de Comunicação	3	12	144
Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores - SOC	2	8	96
PREVISÃO TOTAL CAMPUS 2 - SAMAMBAIA	494	1.976	23.712
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA			
UNIDADE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO	QUANTIDADE SEMANAL (Garrações)	QUANTIDADE MENSAL (Garrações)	QUANTIDADE ANUAL (Garrações)
Rua Mucuri, s/n área 3, Setor Conde dos Arcos, Aparecida de Goiânia - GO. CEP: 74968-755 (subsolo) - Instalações cedidas pela UEG.	14	56	672
PREVISÃO TOTAL	14	56	672
PREVISÃO GERAL UFG, REGIONAL GOIÂNIA	759	3.036	36.432

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.10. Durante a validade da contratação a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade dos produtos ofertados, sob pena de lhe ser aplicadas as sanções previstas no edital.
- 6.10.1. Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal de Venda não for aceita pela Contratante devido a alguma divergência/irregularidade(s) em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o prazo de pagamento a partir da data de sua reapresentação.
- 6.10.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.10.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais e em perfeitas condições de uso, de forma a permitir completa segurança por parte da Contratante, sob pena do não recebimento definitivo dos mesmos.

Dados para emissão da Nota Fiscal de Venda

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Endereço: Campus II – Samambaia, Goiânia – GO

CEP: 74691-300

CNPJ: 01.567.601/0001-43

Inscrição Estadual: Isento Fone: (62) 3521 1020

- 6.10.4. Para agilizar o processo de pagamento, devem ser informados na Nota Fiscal de Venda os dados bancários da Contratada (se possível).
- 6.10.5. Após emissão da nota de empenho e/ou celebração do contrato o prazo de entrega poderá ser dilatado a critério da autoridade competente da Universidade e mediante pedido escrito e fundamentado do fornecedor.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.2.1. Rejeitar os produtos em que as características, qualidade não satisfaçam às exigências contratadas, que sejam impróprias ou diferentes/inferiores daquelas exigidas neste instrumento e respectivo edital, obrigando a adjudicatária a substituir ou se adequar, sem ônus para a UFG e no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, edital e anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. **A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução do contrato, no que couber:**
- 8.1.7.1. que garrações de 20 litros sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; 4.2.3.2.
- 8.1.7.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

- 8.1.7.3. que a Água Mineral, garrafão de 20 litros, não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES);
- 8.1.7.4. que sejam disponibilizado em cada garrafão de 20 litros sache de aproximadamente 7 g que contenha álcool isopropílico 70% pra fazer a assepsia externa dos garrafões de água, desde que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 8.1.7.5. que a instituição promova a utilização de canecas individuais para desestimular o uso de copo descartável, de grande impacto ambiental, para consumo de água mineral.
- 8.1.8. **Ceder em regime de comodato os garrafões de água mineral 20 litros entregues nas unidades da Universidade Federal de Goiás.**
- 8.1.9. **Entregar garrafões que possuam obrigatoriamente dispositivo de lacre e selo de antifalsificação na tampa, com rótulo indicando a procedência e validade mínima de 03 meses a contar da data de entrega do material.**

9. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. **DO PAGAMENTO**

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Os pagamentos serão realizados somente via ordem bancária e, de acordo com a tramitação formal, não sendo reconhecidos quaisquer outros tipos de documentos de cobrança, tais como duplicatas, boletos e/ou outros tipos de títulos. A responsabilidade pela baixa de qualquer cobrança apontada em cartórios de títulos e protestos ou equivalentes, será de total responsabilidade da Contratada.

12.13.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	---

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis, nos termos do Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).

13.1.1. Os critérios de revisão e cancelamento são os que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução por se tratar de registro de preços.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá garantia contratual para os itens desta licitação.

15.2. A garantia dos bens desta licitação é a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor.

15.3. Durante o prazo de garantia legal a contratada fica obrigada a repor o bem em caso de constatação de defeito.

15.4. A reposição do bem de consumo deverá ser realizada pela Contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da solicitação da Contratante.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (valor da contratação /empenho), até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

16.2.3. **Multa compensatória variando de 10% (dez por cento) até 30% (dez por cento) sobre o valor total da contratação (empenho), no caso de inexecução total do objeto da contratação (valor empenhado);**

16.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, **considerando a faixa percentual** do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.6. **Impedimento de licitar e contratar** com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

- 16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.
- 16.2.7. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.3. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 17.3. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**
- 17.3.1. **Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município** sede da empresa proponente.
- 17.3.2. **Autorização de Lavra pela Agência Nacional de Mineração - ANM (antigo DNPM).**
- 17.3.3. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 17.3.3.1. Para fins da comprovação de que trata o item anterior, **considerando as disposições do Acórdão TCU 914/2019, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: comprovar o fornecimento de no mínimo 30% do quantitativo total para o item único desta licitação.**
- 17.4. **O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.**

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 18.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 19.1. Por se tratar de licitação processada pelo sistema de registro de preços, tendo em vista as prerrogativas constantes no art. 7º, §2º do Decreto 7.892/2013, a dotação orçamentária será juntada aos autos previamente a emissão de empenho relativa a cada compra que ocorrer, durante a vigência da ata de registro de preços.

Goiânia, 10 de agosto de 2022.

MICHELLE MARIA DE OLIVEIRA LANDIM DOS SANTOS
Assistente em administração

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Julho/2021

APÊNDICE I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar (**Doc. SEI nº 3044397**), será publicado compactado como um dos anexos do edital da licitação, quando da divulgação desta licitação, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.

.....



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Maria De Oliveira Landim Dos Santos, Assistente em Administração**, em 10/08/2022, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3082504** e o código CRC **7E8BFB50**.